ASPECTOS DO DOMÍNIO HOLANDÊS NO CEARÁ

JOSÉ AURÉLIO CÂMARA

Foi João Ribeiro quem concluiu, com seu admirável poder de síntese e seu notável senso de historiador, que *"a colonização periférica do Brasil dependeu da necessidade de território contínuo"*. E depois de lembrar que só após a colonização de São Vicente e Espírito Santo é que o Rio se colonizou, que depois da Bahia e Pernambuco é que chega a colonização a Sergipe e Alagoas, termina por afirmar que *"o francês localizado no Maranhão impele o português, cujo limite de ocupação efetiva era a Paraíba, a ocupar o Ceará"*. (1)

Efetivamente, podemos afirmar sem exagêro que só através do Maranhão é que o Ceará transformou-se em centro de interêsse, é que a posse e colonização da antiga capitania de Cardoso de Barros foi uma decorrência da proximidade do Maranhão, cuja posse a Coroa Portuguêsa queria manter a qualquer custo.

Aos olhos do colonialismo luso, o Ceará, *mutatis mutandis*, representava assim na rota do Maranhão a mesma função geográfica que, à primeira hora, ao próprio Brasil coubera representar um século atrás: uma escala e um entreposto no caminho das Índias.

Quando Pero Coelho de Souza realizou aqui em 1603 a primeira tentativa de colonização da terra, assim agia premido por inesperadas circunstâncias, pois não era o Ceará que êle buscava, mas o Maranhão. *"Reunidos a 21 de janeiro de 1603 nas pousadas de Diogo Botelho, então Governador Geral do Brasil, a convite seu, Manoel Mascarenhas Homem, capitão-mór de Pernambuco, Feliciano Coelho de Carvalho, ex-capitão-mór da Paraíba, o Desembargador Gaspar de Figueiredo, o sargento-mór do Estado Diogo de Campos Moreno e o Ca-*

---

(1) — João Ribeiro — *História do Brasil*, 13a. edição, pg. 161.

pitão João Barbosa, propôs-lhes o Governador que se fizesse uma jornada ao Maranhão e que por terra, se mandasse encarregado dela Pero Coelho de Sousa, homem nobre e fidalgo, casado, soldado velho que se achara em muitas jornadas estrangeiras, que para isso se tinha oferecido sem despesa alguma do govêrno" (2).

À bandeira de Pero Coelho seguiu-se cronológicamente a cruzada evangelizadora dos Padres Francisco Pinto e Luís Figueira, a qual traduzia no drama da colonização a componente moral que o gênio colonizador luso costumava aliar ao fator político-militar. Mas também aquêles *Átilas da fé* do poema condoreiro, não tinham por meta o Ceará, mas o Maranhão, para onde os mandava o provincial Fernão Cardim afim de ali conseguirem afastar os gentios dos corsários franceses, doutrinando-os para que "não vexassem nem cativassem" os portugueses que para ali se dirigissem. *"No mês de janeiro de* 1607, *por ordem de Fernão Cardim, provincial desta província, nos partimos para a missão do Maranhão o padre Francisco Pinto e eu"*. É assim que o padre Luís Figueira começa a sua famosa *Relação do Maranhão*, o mais antigo documento da história cearense, na qual informa que se demandaram a Ibiapaba *"foi para nela nos refazermos de mantimentos e mandarmos daí ao Maranhão a tomar língua do estado das coisas, principalmente se havia franceses"*.

Em janeiro de 1612 chega ao Ceará Martim Soares Moreno com um padre e seis soldados. Aqui levanta o forte de São Sebastião sôbre as ruinas do reduto deixado pela expedição de Pero Coelho na barra do Ceará. Era a posse oficial da terra entregue à responsabilidade de um capitão altamente capacitado para aquêle mister. Mas já a 12 de dezembro do mesmo ano participa o Governador Geral a Soares Moreno que em breve seria empreendida a conquista do Maranhão, àquelas horas em poder dos franceses de La Ravardière. E em 1613, Soares Moreno uniu-se em Camocim à armada de Jerônimo de Albuquerque que demandava o Maranhão, só regressando ao Ceará, após uma sucessão de episódios os mais dramáticos nas Antilhas e Europa, onde andou aprisionado por piratas, a 23 de setembro de 1621, já agora com a mercê da Capitania do Ceará que lhe foi concedida por Carta Patente de 26 de maio de 1619.

Se a vinda de Soares Moreno ao Ceará em 1612 visava garantir a posse portuguêsa dêste trecho da costa, é fora de dúvida que a esta missão juntava-se a ajuda potencial que lhe caberia dar no Maranhão quando necessário. Alguns meses depois esta ajuda já lhe era solicitada.

Se os primeiros contactos do instrumento colonizador português

(2) — Barão de Studart — *Revista do Instituto do Ceará* — Tomo XXXVII, pg. 165.

com o Ceará no início do século XVII, assumem o aspecto de meros episódios da conquista do Maranhão, também a conquista da ilha de São Luís e dos engenhos de açúcar do Itapicurú constituíram-se em objetivo remoto dos holandeses quando para cá voltaram pela primeira vez as suas vistas algumas décadas depois.

Duas investidas fizeram os holandeses contra o domínio português no Ceará: — a primeira em 1637 e a segunda em 1649. Aquela encerrava um objetivo remoto e indireto, que era assegurar a meio caminho um ponto de apoio e até certo ponto uma base de operações para o futuro ataque ao Maranhão.

Se considerarmos, porém, os fatos sob o rígido aspecto dos interêsses mercantís da Companhia das Índias Ocidentais, podemos assegurar que além daquêle objetivo remoto, em 1637 como em 1649 predominava um objetivo prático imediato.

Veremos que em 1637 o ataque ao estabelecimento português do Ceará visava em primeira instância a descoberta e posse das salinas, o que vale dizer: o suprimento de sal, artigo então obtido pelos holandeses em penosas e difíceis condições. Já em 1649 era outra a finalidade da expedição de Mathias Beck: — era agora a mineração, o sonho do ouro e da prata, a ilusão das minas ardendo no cérebro do nórdico ambicioso e sonhador.

* * *

No tope da aventura holandesa no Ceará, provocando e orientando a sucessão dramática dos acontecimentos, está a figura singular de um aventureiro de gênio: — Gedeon Morris de Jonge.

Pouco se sabe dêle antes das suas ativíssimas ligações com a Companhia no nordeste brasileiro. É certo que nasceu na Zelândia, aquela província dos Países Baixos constituída de um aglomerado de ilhas na foz do Mosa e da Escalda, pois em carta que, a 7 de abril de 1642, de São Luís do Maranhão escrevia à câmara da Zelândia propondo-se governador da região amazônica, dizia textualmente: — *"E como suponho que as regiões do Amazonas estão sob o departamento da Zelândia, parece razoável que sejam governadas por um zelandês"* (3). Sua figura, por vários títulos notável, lembra êsse tipo não raro na História, do aventureiro inescrupuloso e genial, astuto e ousado, irrequieto e sonhador mas prático e objetivo, mixto de *condottieri* e mercador, para quem a adaptação às circunstâncias é a política mais avisada e o êxito a suprema justificação de tôda conduta humana. Morris de Jonge é a figura mais expressiva no cenário do Ceará holandês.

---

(3) — José Hygino — *Gedeon Morris de Jonge* —, Revista do Instituto do Ceará, Tomo X, 1895. Igualmente publicado no ""Jornal do Comércio"", do Rio, e Revista do Instituto Histórico Brasileiro.

No começo do século XVII fêz parte daquêle grupo de holandeses que a Câmara da Zelândia tinha em ação no Amazonas. Ali foi feito prisioneiro dos portugueses, possìvelmente em 1629 quando Pedro Teixeira ocupou o reduto holandês de Tucujú. Cumpriu oito anos de cativeiro, após o que volveu à Holanda possuidor de vastos conhecimentos e informações a respeito das capitanias setentrionais do Brasil. Seus relatórios e cartas aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais eram um convite insistente e uma insinuiação ao avanço holandês para o norte ao mesmo tempo que continham o maior repositório de informações sôbre o Ceará, Maranhão e extremo norte.

Seu primeiro relatório, que êle denomina *"Breve descrição sôbre os lugares situados no Brasil setentrional denominados Maranhão, Ceará, Cametá, Grão Pará e outros rios compreendidos na bacia do famoso rio do Amazonas, onde os portugueses têm assento"*, escrito de Middelburg (Zelândia), a 22 de outubro de 1637 (4), é extenso, detalhado e escrito em linguagem fluente. Neste relatório, como nos relatórios e cartas que se seguem, sente-se que, apesar de um otimismo excessivo em relação às possibilidades daquelas capitanias, demonstra Morris de Jonge um conhecimento largo e minucioso dos fatos e dá à Companhia um roteiro completo e seguro, uma orientação preciosa para a hipótese de uma ação naquela região. Sua análise é segura e sua visão política é admiravel quando, por exemplo, insiste pela conquista conjunta de todo o norte, pois, como dizia êle, *"por conquista do Maranhão se entendem o Grão-Pará e o rio do Amazonas, que pertence ao mesmo governo, e tão necessários são entre si que um não pode subsistir sem o outro"* (5) Neste ponto, historiadores como José Hygino e Câmara Cascudo são unânimes em afirmar ter sido Morris mais arguto e perspicaz que o hábil governador do Brasil holandês, o príncipe João Maurício de Nassau. *"Se a companhia pretendia alargar as suas conquistas na América, razão tinha Gedeon Morris em aconselhar-lhe que ocupasse o vale do Amazonas. Seguindo êsse avisado conselho ela viria a dominar uma vasta e riquíssima região, atravessada pelo maior rio do mundo e situada relativamente perto da Holanda; expeliria dali o elemento português, então muito fraco: tiraria proveitos imediatos dos produtos espontâneos do solo e asseguraria pelo lado do norte a posse das capitanias já conquistadas na parte setentrional do Brasil". "O forasteiro holandês foi mais perspicaz do que o hábil e experimentado governador do Brasil"* (6).

"Pelo seu gôsto, em plena lógica, nunca os holandeses teriam ido

(4) — Idem.
(5) — Idem.
(6) — Idem.

ao Rio da Prata ou ao Chile, dispersando fôrças, queimando gente, dinheiro e tempo. A região amazônica, do Maranhão em diante, seria holandesa, rijamente militarizada para garantir um trabalho organizado interiormente. Era, nesse particular, mais arguto que o argutíssimo Maurício de Nassau". (7)

Sua insistência para que o Geotroyerd Westindische Companie ocupasse o setentrião brasileiro funda-se em informações de caráter geográfico, militar e econômico que êle transmite com riqueza de minúcias através dos seus relatórios, dos quais o segundo é datado de 3 de fevereiro de 1640. A conquista do Maranhão julga êle possível *"com o favor de Deus e um milhar de homens"*, pelas razões que expõe; — "1º. — *todos os fortes e fortificações são pouco defensáveis;* 2º. — *os portugueses não tem suas fôrças reunidas mas espalhadas e disseminadas por largos espaços;* 3º. — *aquela multidão de índios lhes é sujeita mais por medo do que por amor.* (8)

E após derramar-se em elogios à beleza e fecundidade da terra, pergunta; — *"pois em que parte do mundo inteiro se poderia conquistar com mil homens terra tão grande, bela, rica e fértil, entrecortada e regada de formosíssimos rios e angras, cercada e cheia de tantas ilhas proveitosas, habitada por tantos milhares de índios, que em mui breve tempo submissamente trabalhariam para VV. SS.?* (9)

O seu primeiro relatório, de 22 de outubro de 1637, êle o finaliza justificando por quatro razões a imediata conquista do norte do Brasil. São elas; "1º — *essa emprêsa redundará em nome de Deus, pois por êsse meio não sòmente terminará a execrável idolatria, o ateismo e a impudicidade e muitas outras abominações que ali reinam, senão também muito gentio cego será convertido;* 2º — *trará grande proveito a VV. SS. e prosperidade à Pátria;* 3º — *libertará tantos pobres prisioneiros christãos, alguns dos quais sairão em serviço de VV. SS.;* 4º — *servirá para abater nossos figadais inimigos e para tomarmos vingança das colônias e navios nossos e de outras nações que êles destruiram*" (10). Maquiavel não o escreveria melhor... Nêsses quatro itens está contida uma filosofia política: a conversão para Deus como justificativa externa, a posse e a vingança como motivo determinantes e reais da emprêsa...

Gedeon Morris de Jonge não conseguiu arrastar de pronto a Companhia a uma operação da qual êle era o estrategista teórico e o instigador perseverante e tenaz. Só em novembro de 1641 a esquadra de

---

(7) — Luís da Câmara Cascudo, *Geografia do Brasil Hoandês*, Rio 1956, pg. 263.
(8) — José Hygino, Idem.
(9) — Idem.
(10) — Idem

Lichthardt ocupava o Maranhão. Muitas das suas informações se revelaram positivas e muitas previsões se realizaram. Outras se revelaram aquém da expectativa. Mas os fatos posteriores iriam mostrar que o aventureiro zelandês não era apenas o homem dos relatórios longos e minuciosos, o teorista loquaz e otimista; revelar-se-ia sobretudo homem de ação, e isto êle o demonstrou particularmente no Ceará, a que se ligou até a morte.

* * *

A 25 de outubro de 1637 fundeava na enseada de Mucuripe a primeira expedição holandesa ao Ceará. Comandava-a o major Joris Garstman (11) a quem foram confiados *o comando superior, a direção e execução do feito.* Parece ter trazido 126 homens e as fundadas esperanças do Grande Conselho do Brasil.

A fôrça era constituída do seguinte efetivo em oficiais e praças:

Da Companhia do Capitão Hous, com oficiais	35	homens
" " do Major Bayer	14	"
" " Bylart	13	"
" " Jan Ernst	14	"
Ao passar no Rio Grande recebiram	50	"
Total	126	homens

A tropa com os respectivos víveres e munições viajara nos iates *Camphaen* (capitão Claes Arentz Langman) e *Brach* (capitão Tennis Janz) com a tripulação total de 58 marinheiros. Nas mesmas embarcações viajaram 25 índios cearenses (12) Houve por parte da Companhia o cuidado de cercar de sigilo a expedição, a qual *Deus fez a graça de abençoar,* como dizia o Grande Conselho em carta que a 13 de janeiro de 1638 enviava à Holanda dando notícia do bom sucesso da emprêsa.

Esta expedição, com as atividades que dela decorrem, caracteriza-

(11) — Na literatura relativa ao Brasil holandês, encontram-se as grafias *Joris, Jan, Jorris* e *George.* Trata-se da mesma pessoa.

(12) — Êstes dados constam das *Dogelykshe Notulen,* registros diários das decisões do Conselho Supremo do Brasil e são transcritos pelo Dr. José Higyno no artigo citado. O efetivo de 126 homens é o que o Conselho teria deliberado mandar, não se conhecendo documento que assegure ter sido realmente êste o número de homens mandados ao Ceará. Garstman informou prante o Conselho que atacou o forte com 400 homens, sendo 200 índios do Chefe Algodão. Mesmo que os 25 índios trazidos na expedição não estejam computados neste total, mas que tenham participado do ataque, só teríamos os 400 atacantes incluindo a quasi totalidade da tripulação dos iates. Não se pode concluir ao certo quantos homens trouxe Joris Garstman (Ver as *Notulen* de 30 de dezembro de 1637, transcritas por Hygino na publicação referida).

se por assinalar o *ciclo do sal* na trama da exploração industrial e mercantil desenvolvida no período do dominação holandesa no Brasil. De 1637 a 1644 a presença do holandês no Ceará adquire o sentido econômico da exclusiva exploração salineira como objetivo imediato, enquanto indiretamente situa aqui um pôsto avançado para a futura conquista do Maranhão.

Chegando ao Mucuripe a 25 de outubro, já a 26 os holandeses anulavam a breve resistência da pequena guarnição portuguêsa do fortim de São Sebastião. Auxiliou os assaltantes a indiada dos chefes Algodão e Koygava, agora aliada dos holandeses.

Joris Garstman, consolidada a vitória, seguiu por terra para o Rio Grande do Norte levando 34 soldados, 50 índios e 18 prisioneiros; o capitão Hendrick Huss regressou com parte do pessoal para Recife nos dois iates. Ficava no Ceará, comandando a guarnição holandesa e oficializando a posse da terra, o tenente Hendrick Van Ham, substituído mais tarde por Gedeon Morris de Jonge.

Garstman, regressando por terra, o que fazia, com certeza, por determinação superior, valeu-se da longa caminhada para inspecionar locais de prováveis salinas. Há documentos referindo ter êle encontrado salinas inundadas pelas marés, inaproveitáveis no momento (13).

Joris Garstman foi um chefe militar destacado, que se ligou principalmente à aventura holandesa no Ceará e Rio Grande do Norte. Em dezembro de 1633, quando as fôrças holandesas investiram contra a fortaleza dos Reis Magos, na foz do Potengí, Garstman, então capitão, comandava uma das quatro companhias que participam do ataque. Sua figura liga-se sobremodo ao Rio Grande, onde o vamos encontrar mais tarde comandando o castelo de Keulen, denominação que os holandeses deram à Fortaleza dos Reis Magos em homenagem ao Delegado da Companhia que superintendeu o ataque à fortaleza (14). Parece certa sua cumplicidade na morte do facínora judeu Jacob Rabby, figura execrável daquêles tempos, que à frente dos Janduis cometeu massacres e morticínios tremendos. Pierre Moreau, citado pelo Barão de Studart diz que, provada a sua cumplicidade no assassinato de Rabby, foi êle expulso do exército em 1647 e enviado à Holanda (15). É pouco provável que tal tenha acontecido, a menos que posteriormente tenha revertido ao serviço, pois a 7 de agôsto de 1649 voltava êle ao Ceará como comandante da milícia, prestando a Mathias Beck excelentes ser-

(13) — José Hygino, idem.

(14) — Luís da Câmara Cascudo — *Geografia do Brasil Holandês*, Rio — 1956, pg. 244.

(15) — Barão de Studart — *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo XXXVII, pg. 185.

viços como técnico e consultor militar (16). O certo é que após a capitulação holandesa estava na Martinica, onde morreu logo depois. Foi um dos chefes holandeses que casaram com mulher brasileira, desconhecendo-se dados exatos sôbre sua descendência. Câmara Cascudo julga que a família Gracismã é descendência sua. *"Creio que a família Gracismã no agreste do Rio Grande do Norte é originária de Garstman, o comandante do Castelo de Keulen, antigo forte dos Reis Magos. É uma suposição que a própria família aceita como verdadeira* (17).

No Ceará dos fins do século XVII e princípios do século XVIII, encontramos também elementos portadores do nome Gracisman (ou Grasisman), os quais aqui estiveram ou aqui possuíram terra. O povoamento do vale do Jaguaribe, como bem lembra o Barão de Studart, está intimamento ligado ao nome de Theodosio de Gracisman. A 28 de maio de 1707 o capitão-mor Gabriel da Silva do Lago concede uma légua de terra na ribeira do Jaguaribe a Maria Siqueira, *ao comissário de cavalaria Theodosio de Grasisman, ao capitão Gregorio de Grasisman* e a Florencia Dornellas (18). A 15 de julho do mesmo ano, o capitão Manoel Correia da Cunha, morador em Pernambuco, requer àquêle capitão-mor Lago a regularização de uma data de sesmaria no Jaguaribe *"que elle ouve por compra da viuva Izabel de Grasisman quatro leguas de terra na ribeira do Jaguaribe e duas de largo uma para cada banda do dito Rio os quais foram concedidos a dita Izabel de Grasisman e a seu filho Geraldo do Rego Barros"* (19). Ainda a 24 de outubro daquele ano requeria terra o mesmo comissário geral Theodosio de Grasisman alegando *"que des o ano de oitenta e três athe o tempo presente está povoando a ribeira do Jaguaribe com gado e mais criasoims sendo elle o primeiro descubridor e povoador da dita Ribeira e fazendo as primeiras pazes com o tapuia que nella abitava com grande despendio de sua fazenda e agora depresente no anno de setecen-*

---

(16) — Diário de Mathias Beck, *in Revista do Instituto do Ceará*, edição comemorativa da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará, 1903 — pg. 402.
Nieuhof, na sua *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil* (Livraria Martins, São Paulo) diz que por motivo de acusação como instigador da morte de Jacob Rabby, Garstman foi prêso sob custódia e recolhido a um navio. Posteriormente veio ao Recife onde se explicou perante os Altos Comissários. Não há referência alguma à sua expulsão ou deportação.

(17) — Luís da Câmara Cascudo, op. cit. pg. 90.

(18) — *Datas de Sesmaria* — Publicação do Estado do Ceará, Fortaleza, 1925, 4º vol. pg. 13.

(19) — Idem, 5º vol. pg. 13.

tos e seis recebera elle notavel perqua nos gados donde perdeo mais de mil e quinhentas cabeças e muitas bestas" (20).

A serem os Grasisman descendentes de Joris Garstman, êste Theodósio de Grasisman bem poderia ser filho do *commandeur* holandês. Prestava assim o filho soma enorme de serviços à colonização da terra a que o pai se ligara tão intensamente na fase turbulenta da conquista batava.

É evidente que o Ceará estava na cogitação remota do flamengo, mas provocou-os também uma solicitação dos indígenas da terra para que expulsassem daqui o elemento luso. Em carta de 25 de agôsto de 1637, o Conselho do Brasil escrevia à direção da Companhia na Holanda — "*Chegaram aqui há algum tempo dois índios do Ceará, cujo bando em número de cêrca de quarenta pessoas ficara no Rio Grande. Declararam ter sido pelos seus enviados para pedir-nos que tentassemos um empreendimento, pois êles queriam entregar-nos o castelo do Ceará, ajudar-nos a expelir os portugueses e fazer-nos senhores daquela região; e para mais nos animar, diseram que havia naquelas cercanias belas salinas que podiam dar muito sal, como encontrariam também muito âmbar e algodão*" (21). Como estavam os holandeses com seus navios em frente à Bahia, engajados noutra missão, não lhes foi possível naquêle momento a conquista do Ceará. Mas terminavam aquela missiva dizendo: — "*Entretanto aguardaremos uma ocasião oportuna para de passagem apoderarmo-nos dêsse lugar e assim repelir os portugueses para mais longe das nossas fronteiras*".

Enfim a expedição partia de Recife a 14 de outubro, demorava algum tempo no Rio Grande do Norte, onde deveria ser reforçada e de onde zarpou a 22, e, já a 25 fundeava na enseada do Mocuripe. A 16 de novembro do mesmo ano era o próprio príncipe Maurício de Nassau quem, de Recife, escrevia para a Holanda: — "*Em direção ao Norte, cêrca de oitenta léguas além do Rio Grande, os inimigos têm um forte chamado Ceará, para onde enviamos um major com tropas afim de tomá-lo, se Deus quiser. É um lugar onde se encontra o âmbar-gris e também grande quantidade de sal, de sorte que se Deus nos der esta praça, os nossos navios não terão que ir carregar sal nas Índias Ocidentais, mas encontrarão no nosso país*" (22).

---

(20) — Idem, 5º vol. pg. 36. Também em Carlos Studart Filho — *Fundamentos Geográficos e Históricos do Estado do Maranhão* in Rev. Instituto do Ceará, 1954, pg. 95.

(21) — José Hygino, artigo citado.

(22) — Luís da Câmara Cascudo — op. cit. pg. 260. Do mesmo autor —: *Informação geográfica do Ceará holandês* — Rev. Instituto do Ceará, T. LV, 1941 pg.68 "Para com a Companhia, pretextou Nassau as vantagens que dessa conquista resultariam, fornecendo não só âmbar, como sal, gênero que tinham de ir buscar

O sal constituiu de fato o objetivo direto, imediato, da incursão holandesa ao Ceará em 1637. O próprio Conselho supremo, logo após o desembarque e ocupação, dando notícias do sucesso da expedição, escrevia literalmente para a Holanda: — *"É certo que ali se acha âmbar, mas por isso NÃO VALE A PENA MANTER UMA GUARNIÇÃO NO CEARÁ, SE ABAIXO DÊLE NÃO SE ENCONTRASSEM SALINAS"* (23).

Não muito tempo após sua chegada ao fortim de São Sebastião, o tenente Van Ham, que aqui ficara à frente do destacamento holandês, escrevia para Recife em linguagem queixosa e pessimista. Sua impressão pessoal, à base do conhecimento em que três meses podera adquirir da terra e da gente, era de molde a causar desânimo à Companhia. Achara a terra *"arenosa e de ruim montanha"*, proclamava a inexistência absoluta de salinas e haver muito exagêro a respeito do âmbar-gris.

Quanto ao elemento humano, dêle não se podia obter *"o mínimo serviço ou auxílio sem pagar"*.

A carta do comandante holandês no Ceará, datada de 19 de abril de 1638, é documento de acentuado valor histórico. Por ela ficamos conhecendo dados e informações interesantes sôbre a situação do que se denominava Ceará naquelas primeiras décadas do século XVII. O gado, por exemplo, já adquirira naquêle tempo algum desenvolvimento. Van Ham conseguiu reunir, logo que chegou, 221 cabeças em três currais, cada um sob a guarda de um índio. Mas quando escrevia aquela missiva, já contava com 250, as quais *aumentavam diàriamente*. Encontrou êle próximo ao forte roçados dos portugueses e cultivo de mandioca, pois na carta refere-se à necessidade de *"fazer quanto antes novas roças e plantações de mandioca, as quais só podem ser feitas pelos índios, visto como os soldados nenhuma inteligência têm dêsse*

---

a uma das ilhas do Cabo Verde". — Varnhagen, História Geral do Brasil, 3a. Edição integral — Tomo 2o., pg. 360.

(23) — José Hygino, Idem.
"A importância do sal era enorme para o holandês. O próprio tratado de paz que os Estados Gerais firmaram com a Coroa Portuguêsa a 6 de agôsto de 1661 e ratificado por el-rei Afonso VI a 24 de maio de 1662, estabelecia numa das cláusulas que anualmente seria fixado por acôrdo o preço pelo qual os holandeses comprariam o sal de Setubal. Edgard Prestage, citado por José Honório Rodrigues, afirma que aquêle tratado injusto confirmava "a política que os holandeses haviam de manter com Portugal —: *de paz na Europa, porque lhes era indispensável o sal que iam adquirir em Setubal; de guerra nas restantes partes do mundo*". — *Joan Nieuhof* — Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil, traduzido do inglês por Moacir N. Vasconcelos, — Biblioteca Histórica Brasileira — Livraria Martins — São Paulo — Nota 460, de José Honório Rodrigues, pgs. 342 e 343.

mister". Era o nórdico entalado face às formas rudimentares de cultura do amerindio...

Novamente em junho o pessimista comandante holandês do Ceará se dirige aos superiores de Recife mostrando a absoluta inutilidade da permanência flamenga no Ceará e pedindo sua retirada com a guarnição. Faltavam àquêle tenente Van Ham a iniciativa, a indomável energia, o espírito pioneiro, enfiim o otimismo confiante e incansável atividade que são os atributos básicos dos grandes colonizadores e dos construtores de nações. Êle era um homem fraco esmagado pela imensidade da natureza virgem, incapaz de agir por iniciativa própria, deslocado naquela missão que lhe atribuiam, e só podia fracassar, como fracassou. A fase marcante do domínio holandês no Ceará, caberia assinalá-la o seu substituto — a personalidade forte e ativa de Gedeon Morris de Jonge, *a figura central do movimento holandês no norte do Brasil* (24).

As cartas e relatórios em que Morris de Jonge dava informações e sugestões sôbre as capitanias setentrionais do Brasil, credenciaram-no junto à direção da Companhia que resolveu aproveitá-lo, enviando-o ao Recife. Em carta de 19 de março de 1638, o Supremo Conselho do Brasil dizia aguardar oportunidade para aproveitar seus conhecimentos e habilidades (25). Uma oportunidade surgia com o fracasso no Ceará do *commandeur* Hendrik van Ham, o qual insistentemente solicitava sua retirada da capitania. Gedeon Morris de Jonge pleiteou para si o pôsto tão malsinado pelo seu patrício, e, em consideração às recomendações feitas a sua respeito, bem como ao *seu bom comportamento e às suas boas qualidades,* foi designado para o cargo com os vencimentos de tenente. É o que diz a carta de 10 de janeiro de 1641 do Supremo Conselho (26). Ao designá-lo para o Ceará, a Companhia dava a Morris a primeira função adequada a seus desejos e à sua real habilitação. No Ceará êle agiria sôlto, num pôsto de relativo destaque, onde poderia dar largas à sua atividade e a seu espírito de iniciativa.

A 23 de novembro de 1640 partia êle do Recife na galeota *Fuymsluyper*. Tendo ou não recebido em Pernambuco instruções a respeito, o certo é que mal chega ao Ceará lança-se com febril atividade na pesquisa salineira. Descobrir salinas e explorá-las, eis o urgente objetivo a que se lançou sem tardança. E, com tal eficiência o fez que, já

---

(24) — José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro — *Civilização Holandesa no Brasil,* Brasiliana, 1940, pg. 120.

(25) — Há evidente equívoco de Câmara Cascudo (*Geografia do Brasil Holandês,* pg. 263) quando diz que a 19 de março de 1638 a Câmara da Zelandia recomendara Morris. A direção da Companhia fizera a recomendação a 15 de dezembro de 1637 e seu recebimento era acusado pelo Supremo Conselho a 19 de março do ano seguinte. Ver José Hygino, artigo citado, pg. 90.

(26) — José Hygino — Idem.

a 1º. de janeiro de 1641, anunciava a Recife a descoberta das salinas de Upanema (27).

Quando Morris aqui chegou, o problema do sal predominava sôbre qualquer outro na agenda dos interêsses holandeses no Ceará. O âmbar-gris, o pau-violeta, o fumo e algodão, cedo verificou-se que só poderiam ser obtidos em medíocres proporções e na dependência de fatôres nem sempre favoráveis. Quanto às possibilidades do setor salineiro e à sua significação para a Companhia, dá-nos bem idéia a carta de Morris escrita do rio Janduwasu (Janduguaçu) em 14 de fevereiro de 1641. Dando conta da descoberta das salinas do rio Iwypanim (Upanema), admira-se de não ter havido maior interêsse em examiná-las *"porquanto é de VV. SS. bem conhecida a importância da navegação do sal, negócio êste que em sumo grau interessa à pátria e à Companhia, sendo para desejar que os navios de Pernambuco que devem seguir vasios para as Índias Ocidentais e para a França afim de receberem carregamento de sal, vindo aqui o podessem tomar. A Companhia ganharia milhares no fretamento de navios e, além diso, que grande provcito não tiraria daí? Que grande dano não causaria aos nossos gerais inimigos, se o sal dêles (pois o sal é uma das principais minas de Hespanha e de Portugal) não tivesse mais consumo, e os nossos navios evitassem os milhares de perigos provenientes dos turcos a que se expõem para buscá-lo"* (28).

Foi estribado nêsses argumentos de fundo político e mercantil que o novo *commandeur* do Ceará, dando asas ao seu temperamento ativo e irrequieto, se lançou à descoberta das salinas. Deslocando-se ao longo da costa foi ter ao rio que êle denominou Ywipanim" que demora cêrca de 50 léguas a léste do Ceará e 60 a oéste do Rio Grande". Na região daquele rio encontrou salinas magníficas onde o sal existente não poderia ser carregado por cinqüenta navios. O Ywipanim é o rio Upanema, cujo curso se localiza totalmente no território do hoje estado do Rio Grande do Norte.

Além daquelas salinas, descobre Morris, de pronto, a salina do rio Meyritupe, "grande e boa", com produção anual para vinte navios,

---

(27) — "E foi explorando o norte que Gedeon Morris descobriu em 1640 as ricas salinas de Mossoró, que resolveram a Companhia uma questão de interesse capital na vida da colônia. Desde os primeiros tempos da colonização que o consumo do sal no Brasil constituia um verdadeiro problema para o comércio e até para a administração, tendo-se de importá-lo do exterior. Mesmo depois que se começou a explorar salinas em vários pontos do norte, era preciso muitas vezes que medidas excepcionais facilitassem a distribuição do artigo pelas diversas capitanias. Não era, portanto, de extranhar a grande importância que se dava à descoberta de jazidas, e a alegria com que os holandeses a receberam"". Rocha Pombo — *História do Brasil* — Parte V, Capítulo III, pg. 418.

(28) — José Hygino, Idem.

mas situada muito para o interior, e a salina do rio Wararocury, também excelente e de grande produção. Estas salinas descobertas por Morris de Jonge localizavam-se na grande região salineira que é hoje o município de Areia Branca, e, ao contrário do que afirma êle nas suas cartas, já portugueses e holandeses tinham informações de salinas naquela região (29). Eram porém, ao que parece, conhecimentos vagos, faltando informações precisas e detalhes quer relativos à exata localização, quer quanto às possibilidades e técnica a empregar para uma eficiente e metódica exploração. Para o norte também consegue o ativo holandês localizar salinas. A 8 de outubro do mesmo ano participava êle haver descoberto uma boa salina no Camocim "a 1.700 passos da borda do mar". A um representante da Companhia então localizado ali, Jacob Cryniz, encarrega das providências necessárias à secagem do sal para posterior embarque.

Nesta fase da ocupação flamenga do Ceará, a que o sal dá o tom diferenciador e característico, outro holandês também se liga à faina da descoberta e inspeção de salinas — *commandeur* Elbert Smient, que, no princípio de 1642 localiza muito sal adiante do rio Ywipanim.

Gedeon Morris de Jonge não limitou seus esforços à localização geográfica das salinas. Examina-as, estuda-lhes as possibilidades e o rendimento industrial, e institue as normas de serviço para sua eficiente exploração. Nas cartas, demonstra não esquecer os menores detalhes no planejamento da exploração salineira. Solicita de Recife o material necessário a um trabalho de envergadura, com vistas a um aproveitamento máximo naquêle setor. Faz cálculos para o aproveitamento racional do elemento indígena na indústria nascente. Explora o trabalho do índio como mais conveniente e produtivo lhe parece, defendendo a todo custo sua permanência no Ceará, quando os azares da luta exigem o refôrço da indiada fora da capitania. O emprêgo da mão de obra indígena na faina salineira é, assim, històricamente, a primeira efetivação de *trabalho organizado*, no Ceará. Realizava-a a política mercantil do flamengo, utilizando o elemento nativo dentro das normas de emprêgo, nem sempre respeitadas, que prudentemente se impusera (30).

Mas a atividade de Morris não fica apenas adstrita ao mister dominante da exploração do sal.

Repara o forte e o termina, melhora e reforça o material de navegação de que dispõe. Planta cana e, declara em carta, tem mais de um engenho para moê-la, pretendendo em breve ter mais. Planta fumo e emprega um grupo de índios nos roçados, *de modo que por falta de vi-*

(29) — Luís da Câmara Cascudo, op. cit. pg. 265.

(30) — Ver José Antônio Gonçalves de Melo, neto — *Tempo dos Flamengos*, Rio 1947, pg. 231 e seguintes.

veres não venhamos a sofrer penúria. Explora o comércio do pau-violeta e é otimista quanto às possibilidades da terra, sempre insistindo junto à Companhia para que não lhe seja tirado seu comando do Ceará.

Duas vezes vai Morris de Jonge socorrer o Maranhão com os seus índios, sempre cauteloso em deixar na capitania gente suficiente para o andamento dos trabalhos. Dali escreve em 1642 dando notícia dos maus tratos impostos pelos seus aos indígenas: — *"Como V. Exa. me recomendaram, que eu indagasse donde resultou a aversão contra os nossos, sou em consciência obrigado a revelar a verdade. A origem de todo mal é sòmente a cobiça da inconstante riqueza. Por cobiça têm sido de tal modo vexados e constrangidos os pobres índios, homens e mulheres, a trabalhar para os portugueses (e isto sem o devido pagamento), que os índios, em vez de receber de nós alívio, ficaram sujeitos a maior cativeiro"* (31). Em 1643 está êle novamente no Ceará.

O tratamento desumano imposto aos índios, as perseguições, a exploração excessiva no trabalho, a falta de pagamento, contràriamente à avisada política de apaziguamento preconizada pela direção holandesa no Recife, acabaram por indispor os indígenas contra os seus aliados de ontem. Em princípios de 1644 assaltaram êles a guarnição flamenga no Ceará, massacraram-na e, pelo saque e pelo incêndio, destruíram o que representava a presença holandesa na capitania (32).

Gedeon Morris de Jonge foi morto pelos índios que com tanta eficiência chefiara e em quem depositava tanta esperança. Suas cinzas centenárias jazem dispersas na Barra do Ceará, talvez diluídas no lôdo das salinas de que êle foi o pioneiro entusiasta e o desafortunado explorador.

* * *

A segunda investida holandesa contra o Ceará teve lugar a 3 de abril de 1649. Comandava-a um personagem fadado a ligar-se de modo

---

(31) — José Hygino, artigo citado.

(32) — "... não podemos inferir outra causa senão que a desinteligência e a inimizade dos índios do Ceará e costas adjacentes contra a nossa nação originaram-se do mau tratamento que lhes deram e sobretudo por não serem devidamente pagos seus serviços nas salinas de Marituba e pelo carregamento dos barcos nas salinas e outras partes etc". Era assim que o Conselho de Recife procurava explicar as razões do massacre do Ceará. *In* José Antônio Gonçalves de Melo, neto — Op. Cit. pg. 246.

Também Nieuhof assevera: — "Alguns atribuíram como causadores daquela rebelião os portugueses e os índios do Maranhão, que se limitam com êles; mas se formos investigar sôbre a fonte dêsse mal, dever-se-á acusar o procedimento incorreto de nossos próprios oficiais, que com seus maltratos forçaram os habitantes a vingarem-se de injúrias recebidas dêles". Nieuhof — *Indias Orientais e Ocidentais* — Tradução do Dr. Pedro Souto Maior, Revista da Academia Cearense — Tomo XII, 1907, pg. 148.

especial à história da capital cearense pelo argumento decisivo de ter sido o seu fundador: — Mathias Beck (33).

Transportou a expedição uma flotilha de três iates, um barco e uma chalupa, com a tripulação total de 62 homens. A tropa embarcada orçava em 236 elementos, o que dava à expedição um efetivo de 298 homens. Entre êstes, 41 índios do Ceará. Com tais elementos vinha Mathias Beck inaugurar, com características novas, o segundo capítulo do Ceará holandês. O primeiro findara com sangue em 1644; com uma retirada pacífica terminaria o segundo em 1654.

Quando o flamengo voltou ao Ceará em 1649, já o Brasil holandês entrara no declínio prenunciador do colapso inevitável. Generalizara-se a debacle econômica e militar. Há cinco anos partira já do Brasil o insubstituido João Maurício de Nassau, e a insurreição lavrava violenta em Pernambuco, onde os interêsses da Companhia se arruinavam a passos largos. Para o Ceará despachavam aquêle contingente com o fim de procurar, em pretendidas minas, a prata e talvez o ouro referidos em tradições encontradiças, porém vagas. *"Mathias Beck começou a exploração do Ceará em* 1649, *levando como objetivo primordial descobrir minas de ouro e prata, de que necessitavam para reparar as finanças da Companhia em ruina"* (34). A mineração foi a característica dominante da expedição de Mathias Beck, como a exploração salineira fôra a característica da expedição anterior.

A fase inicial da segunda ocupação holandesa do Ceará tem sua história narrada com a clareza e segurança que não possuiu a primeira, graças ao famoso diário do chefe Mathias Beck, encontrado nos arquivos da Holanda pelo Dr. José Hygino Duarte Pereira, que ali esteve de 1885 a 1886. Infelizmente a parte final de tão valioso documento ficou talvez para sempre extraviada, mas o que dêle resta nos permite inteirar-nos de boa parte dos acontecimentos daquela época.

Partindo de Recife a 2 de março, ao meio dia de 3 de abril fundeava a flotilha na enseada de Mucuripe. A primeira providência dos recém-chegados foi estabelecer contato com os indígenas de terra para se assegurarem de suas boas disposições para com êles, o que foi feito, em boa parte, por intermédio dos índios que trouxeram. Logo após os desembarques, realizados a 5 e 6, foi neste último dia encontrado o local que lhes pareceu mais conveniente para a instalação do quartel *"no outeiro chamado Marujaitiba, ao sopé do qual corre um belo rio d'água doce"*. Não demorou, entretanto, Mathias Beck a deslocar-se à

(33) — Deve-se ao ilustre historiador cearense Raimundo Girão o haver demonstrado, em lógica e brilhante argumentação, ser o holandês Mathias Beck o verdadeiro e indiscutível fundador da cidade de Fortaleza.

(34) — José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro, op. cit. pg. 114.

foz do rio Ceará para examinar o local do velho forte e estudar as vantagens que êste poderia oferecer sôbre o novo local escolhido. Levou técnicos militares e pilotos da sua expedição, e, após detido exame concluiu ser grande a distância à água doce e muito perigosa a entrada e saída de navios na barra do rio. Certificou-se, assim, de que os quarteis deveriam ser mesmo localizados na colina Marujaitiba.

Foram fatôres determinantes desta localização a proximidade da água doce do riacho Marajaik (Pajeú) que corria no sopé do outeiro, fàcilmente defensável, e o fato do outeiro estar *"contiguo à praia defronte do pôrto onde estão surtos os iates Vlissinge e Capodello, de modo a fàcilmente recebermos por mar os nossos víveres e munições, as quais, entretanto não podem ser desembarcadas com segurança senão com o tempo calmo e na baixa-mar"* (35). Para quem, como os holandeses, vivia na dependência do fator marítimo, dependência pràticamente absoluta, a proximidade do pôrto era fundamental. Nas condições em que se encontravam, para êles a terra era uma incógnita e o mar era tudo: — era o transporte e a via de comunicação, era o abastecimento, a garantia do refôrço militar, a possibilidade das trocas mercantis, a segurança da retirada em caso de insucesso. Por êsses motivos a cogitação de um pôrto praticável e seguro sempre foi elemento determinante para o flamengo na localização dos seus estabelecimentos comercial-militares. O fato de, em Pernambuco, os holandeses trocarem Olinda por Recife, teve como argumento decisivo a proximidade do pôrto, pois ali, como lembra J. A. Gonçalves de Melo Neto, êles se sentiam *"mais garantidos, junto ao mar, perto dos seus navios"*.

Mathias Beck não conseguira desembarcar no Mucuripe. Ali fundeou as embarcações maiores, conduzindo as menores para um desembarcadouro que se localizava possìvelmente onde é hoje o Poço da Draga. Aqui é que funcionou o seu pôrto durante o tempo em que esteve no Ceará.

Estabelecido que o local das instalações seria mesmo o outeiro de Marujaitiba, onde hoje se ergue o Quartel General da 10a. Região Militar, Mathias Beck deu imediato início às obras da fortificação, a que deu o nome de *Forte Schoonenborch* em homenagem ao presidente do

(35) — Diário de Mathias Beck, op. cit. pg. 356.

Conselho em Pernambuco (36). O forte foi o embrião, o núcleo de onde irradiaria a aglomeração urbana de que se formou a capital cearense, cuja denominação se quadra admiràvelmente à sua origem.

O traçado do forte foi obra do engenheiro Ricardo Caer, e a obra foi iniciada por duas esquadras de 40 homens. Do velho forte na barra do Ceará, os soldados de Beck trouxeram o que foi possível aproveitar para a nova instalação. Em carro empurrado e tracionado pelos próprios homens e talvez por índios, de lá vieram telhas e peças de artilharia.

Uma pintura da época, reproduzida em algumas obras relativas ao Brasil holandês, mostra-nos o Forte Schoonenborch quando concluído, com o flamengo já perfeitamente estabilizado no Ceará. Pouco têm de marcial as suas linhas, denotando no próprio aspecto arquitetural que, naquela aventura, o fator militar era apenas uma condicionante do meio, um propicionador de circunstâncias favoráveis à atividade mercatória. Basta olhá-lo para sentir ali um misto de instalação mercantil e fortificação, uma simbiose de quartel e entreposto comercial, retratando no aglomerado irregular de baluartes e armazéns a amálgama daquelas determinantes bélico-mercantis que deram a coloração à política expansionista da Holanda no século XVII (37). Em seu redor, descendo pelas encostas do outeiro, começa a surgir um aglomerado miserável de casebres e palhoças, dispersas entre palmeiras, vegetando em tôrno do forte e dêle se nutrindo, como um burgo medieval que fôsse pouco a pouco surgindo em volta do castelo feudal. Era a cidade que nascia ao impacto da tecnologia exótica do loiro adventício...

A mineração era o objetivo da expedição. Para levá-la a cabo nela

(36) — "Walter van Schoonenborch, deputado por Groningue aos Estados Gerais, foi nomeado presidente do Alto Conselho a 23 de novembro de 1645, na reforma da administração holandesa no Brasil. Chegou ao Recife a 12 de agôsto de 1646, assumindo seu pôsto a 20. Foi um dos signatários do ASSENTO E CONDIÇÕES que serviram de base à capitulação do Taborda em 26 de janeiro de 1654, regressando à Holanda. Hermann Watjen informa que Schoonenborch foi processado como um dos responsáveis pela perda do Brasil, e absolvido". (Luís da Câmara Cascudo, op. cit. pg. 269 nota 76).

(37) — "Nenhum povo tinha até então associado tão intimamente o espírito mercantilista ao militar, como o fizeram os holandeses do século XVI e XVII. As grandes cidades que êles fundaram ou desenvolveram ao máximo, no começo da Idade Moderna, denotam sempre, em sua situação geográfica, a associação do fator militar e do fator econômico, agindo como determinantes na escolha do seu sítio. Não estamos mais na Idade Média em que o fator defensivo atuava quase que exclusivamente, sendo pôsto à margem o fator econômico; nem alcançamos ainda o período contemporâneo em que entra também em linha de conta os fatores da salubridade, de defesa biológica dos grupos humanos que vão habitar a cidade. Não. Os holandeses do século XVII subordinavam tudo, ou quase tudo, ao seu mercantilismo organizado e disciplinado militarmente e, destarte punham tudo sob o signo da estrategia militar e comercial".
(Josué de Castro — *Fatores de Localização da cidade do Recife* — Imprensa Nacional — Rio, 1948).

vieram especialistas, prateiros, mineiros e ourives, sôbre os quais há referências constantes no Diário de Beck. Elemento de sua equipe a merecer destaque especial é o ministro Kempins, oficiante protestante e hábil conhecedor do idioma indígena, que logo se introduz entre os índios, batizando-os, casando-os e "imprimindo entre êles boa ordem e disciplina christã". Na história do Ceará holandês é êle o único missionário conhecido, sendo assinalados os serviços que prestou a Beck.

Chegada a 3 de abril a expedição, já dez dias depois se integrava Mathias Beck nos objetivos de sua missão fazendo partir um destacamento minerador com destino ao monte *Itarema*, serrote ao norte da Serra de Maranguape, onde a tradição localizava minas de prata que teriam sido exploradas por Martim Soares Moreno. O monte Itarema passou posteriormente a denominar-se Taquara (38). O chefe indígena local Francisco Caraya, agora, como os demais, amigo aparente dos holandeses, serviu de guia com uma mulher e dois filhos ao destacamento que se deslocou para Itarema. Chefiava-o o mesmo tenente Van Ham que aqui comandou o primitivo forte na primeira invasão holandesa, o qual retornara ao Ceará integrando o pessoal de Mathias Beck. O mapa que acompanha o *diário* do chefe holandês mostra o caminho aberto para a mina e o acampamento do oficial holandês que superintendia os serviços de mineração. Por sua vez o *diário* é detalhado e mesmo prolixo a respeito das tentativas incessantes na busca da prata. Logo se descobre o minério, cujo teor está muito aquem da expectativa. A firme esperança de encontrar um filão mais rico, anima-os a perse-

(38) — "Dizem que na serra de Maranguape, lugar Taquara, ainda se vêem escavações, fornos e mais sinais de uma antiquíssima exploração, tentada pelos holandeses ao tempo em que aqui estiveram. Por uma provisão régia de 14 de dezembro de 1754 foi concedida por el-rei D. José ao Capitão-mór Luís Quaresma Dourado privilégio para explorar as minas de prata de Uruburetama e Maranguape, que o impetrante dizia haver descoberto. Não se sabe onde ficam e não consta se fizessem explorações a não ser a de Taquara, em Maranguape. O regimento dado ao governador do Maranhão em 1654 recomenda especialmente a exploração das minas de prata do Ceará, descobertas pelos holandeses. Há a tradição de Taquara em Maranguape, mas o Dr. Capanema, que examinou êste sítio nada encontrou que justificasse trabalho de mineração antiga" — Thomaz Pompêo de Sousa Brasil — *O Ceará no começo do século XX* — Fortaleza, 1909, pg. 104.

"A propósito dessas minas refere Vieira em outra carta, de 26 de abril de 1674, que tinha enviado em tempos a d. João VI *"a amostra de algumas por hum frade Bento, de que tive resposta e se achou serem boas"*, sendo que os holandeses tinham explorado ali três sítios e de um *tinham tirado prata*. — José Antônio Gonsalves de Mello — *João Fernandes Vieira* — Universidade do Recife, 1956. Vol. II, pg. 219. O mesmo autor transcreve naquela obra uma "Memória" de João Fernandes Vieira acêrca das possibilidades econômicas do Nordeste, envidaa ao Rei de Portugal. Sôbre o Ceará, diz êle: — "Na Capitania do Siará abriu o olandez uma mina que está 10 ou 12 legoas do mar e da pratta que della tiraram bebi por copo obrado da ditta pratta e comy com colher" — Vêr obra citada, Vol. II, pg. 220.

verantes esforços. Barricas de minério são remetidas para Recife e Holanda, bem como amostras da prata obtida por ourives e prateiros. Mathias Beck, trouxe também vagas informações sôbre a existência de prata na Ibiapaba, talvez em Ubajara, que êle supunha a 20 léguas do mar. Com aquele destino, via Camocim, segue por mar, a 21 de agôsto, um destacamento no iate *Wittepaert* constituído do engenheiro Ricardo Caer, índios, negros, mineiros e soldados (39).

Não se sabe o resultado desta expedição.

A 7 de agôsto chegava ao Ceará pela segunda vez o major Joris Garstman, agora comissionado comandante da milícia. Com êle vieram funcionários, serralheiros, carpinteiros, padeiros e alguns negros, mão de obra, na maioria especializada, com que Recife ia atendendo as possíveis e crescentes necessidades do estabelecimento holandês no Ceará. Garstman, como reputado chefe militar que era, é elemento da maior importância ao lado de Beck, assessoreando-o em assuntos militares relativos à fortificação e defesa das instalações. Foi êle, como se depreende do *diário*, quem, reexaminando o local do antigo forte na barra do Ceará e confrontando-o com o novo em Marujaitiba, opinou pelo último, ratificando como técnico militar a escolha de Mathias Beck.

O *diário* do chefe holandês termina a 9 de setembro de 1649, o que vale dizer do cobre apenas cinco meses dos sessenta e dois que aquêle passou no Ceará. Ficamos assim na quase total ignorância dos sucessos e insucessos da segunda expedição holandesa ao Ceará no que se refere aos objetivos a que tão tenazmente se dedicara: — a faina da mineração.

* * *

O que teria feito Mathias Beck na sua longa permanência no Ceará? *"Esperando dia a dia encontrar o filão do cobiçado metal, perseverou no seu ilusório empenho até que o veio supreender a notícia da rendição da praça do Recife"* (40).

Quando da capitulação da campina do Taborda, abandonou êle as plagas cearenses recolhendo-se a Barbados, nas Antilhas britânicas. Quais os detalhes da sua retirada? Teria deixado alguém no Forte Schoonenborch com a incumbência de entregá-lo ao luso, afinal vitorioso pela fôrça da raça em formação?

O tradutor do Diário de Mathias Beck, Dr. Alfredo Carvalho, na

(39) — Ver Raimundo Girão — *História Econômica do Ceará* — Editora Instituto do Ceará, 1947, pg. 79.

(40) — José Hygino — *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco*, n. 30, pg. 15. Citado por Alfredo Carvalho na introdução ao Diário de Beck.

introdução àquela tradução, diz existirem no Instituto Arqueológico de Pernambuco, como complemento do *diário*, cartas de Beck dirigidas ao Conselho de Recife. E promete traduzí-las oportunamente, o que parece não ter feito, pois se ignora até hoje a existência desta tradução. A *Bibliografia* organizada por José Honório Rodrigues sôbre o holandês no Brasil (41), tão completa e minuciosa, não faz qualquer referência a essa correspondência. Para a História do Ceará, sua publicação seria de suma importância, pois certamente possibilitaria fôssem aclarados acontecimentos ligados à segunda ocupação holandesa, os quais permanecem obscuros.

Uma das cartas de Beck, a que a 8 de outubro de 1654 escrevia êle de Barbados à direção da Companhia na Holanda, foi publicada em tradução francesa na 1a. edição da obra de Varnhagen. "*História das lutas com os holandeses no Brasil*". Esta edição é hoje raridade bibliográfica, de difícil acesso, razão porque tal documento tem permanecido ignorado da historiografia cearense. Só agora nos foi possível obter dêle uma cópia que, traduzida para o vernáculo, vai aqui publicada em anexo (42).

Nesta carta Mathias Beck faz referência a relatórios e documentos que a acompanharam, hoje possìvelmente perdidos para sempre. Tais documentos, juntos às demais cartas ainda inéditas, talvez esclarecessem em definitivo o que ainda permanece ignorado nos fastos da ocupação holandesa do Ceará. Mas pela palavra autorizada do próprio chefe da segunda expedição, muita coisa ficamos sabendo acerca dos lances dramáticos que precederam a retirada dos flamengos do território cearense.

Um ponto essencial fica logo definitivamente esclarecido: — Mathias Beck com sua gente permaneceu no Schoonenborch até a chegada do seu substituto português Álvaro de Azevedo Barreto, o capitão-mor que veio restaurar na capitania as prerrogativas da administração

---

(41) — José Honório Rodrigues — *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil* — Imprensa Nacional, Rio, 1949.

(42) — Devemos ao Dr. Raimundo Girão, do Instituto do Ceará, o haver obtido do Dr. José Honório Rodrigues uma fotocópio dessa carta, a qual vem em apêndice ao livro de Varnhagen acima citado. Varnhagen não teve acesso direto aos originais da Coleção do Arquivo Real de Haia, mas sim às cópias que Joaquim Caetano, então diplomata na Holanda, obtivera de Netscher. Êste, autor do notável *Les Hollandais au Brésil*, publicado em 1853, foi o primeiro a se utilizar dos documentos holandeses daquêle Arquivo. Como publicou sua obra em francês, naturalmente vertera os documentos para essa lingua. Joaquim Caetano, portanto, já os encontrou em versão francesa, assim os remetendo para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
Varnhagen limitou-se, no caso da carta de Beck, a transcrevê-la como a encontrara, isto é, em francês.
Traduzimo-la com a preocupação da máxima fidelidade ao texto francês encontradudo no livro do grande historiador brasileiro.

lusa. Dos próprios holandeses foi pois recebida a fortificação flamenga do Ceará, o que se deu a 20 de maio de 1654.

Só um documento se conhecia onde existia referência à restauração do Ceará como se tendo processado no ano anterior, isto é, em 1653. Entretanto, dadas as circunstâncias de que se revestia sua elaboração, não era de molde a permitir fôsse aceito como uma afirmação histórica. Trata-se da data de sesmaria concedida pelo capitão-mór Sebastião de Sá, em 15 de julho de 1682, ao Capitão Felipe Coelho de Morais e Jerônimo Coelho. Assim reza aquêle documento: — *"Diz o Capitão Felipe Coelho de Morais e Jerônimo Coelho assistentes nesta fortaleza do Ceará em que estão servindo a S. Alteza que Deus guarde ha trinta e cinco anos com praça de soldados na Companhia do Capitão João de Freitas da Cunha vindo a esta praça do Ceará A RESTAURAÇÃO DELA NO ANO DE SEIS CENTOS E CINQUENTA E TRÊS donde ficou assistindo com os capitães-mores que a esta capitania tem vindo a governar por prático da língua da terra etc. etc.* (43).

A referência daquêles peticionários ao ano de 1653 é uma afirmativa comprometida quando situada nos seus devidos têrmos. Em épocas tão recuadas, com as imprecisões cronológicas acentuadas por fatôres múltiplos, bem fácil lhes seria avançar ou recuar de alguns meses com a data em questão, tanto mais quanto a petição era feita oito anos após a restauração. E a carta de Beck, adiante transcrita, encerrou definitivamente o assunto, destruindo qualquer dúvida ainda porventura existente.

Foi dramático o epílogo do domínio holandês nas terras do Ceará. O homem e a natureza davam-se aqui as mãos na tarefa comum de hostilizar o estrangeiro, agindo em relação ao nórdico como o fizeram para com o luso. Tal como o desditoso Pero Coelho que, arrostando uma luta incessante contra os elementos, tudo perdeu no vão intento de domar a terra, o holandês não foi mais feliz meio século depois. Tudo perdeu na terra de onde nada levou. Por pouco se livrando da sorte de Gedeon Morris de Jonge e sua gente, nem por isso Mathias Beck escapou ao estigma com que um fatalismo inexorável selava no Ceará o destino dos seus primeiros colonizadores. *"Vivi desde o ano de 1649 até o ano de 1654 no meio de grandes dificuldades e privações"*, dirá êle na sua carta (44).

Tão logo se tornou iminente a capitulação no Recife, e depois dela, acorreu a estas plagas uma coorte numerosa de índios — 4.000 calcula Beck —, vindos de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Re-

(43) — *Datas de Sesmarias* — Fortaleza, 1920 — 1o Vol. pg. 57.
(44) — Ver carta de Mathias Beck no final dêste.

fugiando-se no Ceará, uniram-se aos da terra e puseram pràticamente em cêrco o estabelecimento holandês nesta capitania. Os *brasilianos*, nome dado genèricamente pelos holandeses aos tupis, mas que aqui se referia em particular aos potiguaras, há pouco aliados dos flamengos, tornavam-se agora seus inimigos ferozes. Aliás, se há uma constante na história da colonização cearense, essa é a inconstância do indígena. Manhoso, desleal, oportunista, êle forma invariàvelmente ao lado da situação dominante, passando-se com calmo cinismo ora do português para o flamengo ora dêste para aquêle, conforme lhe ditavam as conveniências. Exasperados com a derrota dos flamengos, em quem haviam pôsto sua confiança, voltavam-se agora furiosos contra êstes, massacrando-os onde os encontravam. Dominando tôda região próxima ao forte, onde a gente de Mathias Beck tinha as suas roças e onde desenvolvia sua criação, os índios forçaram-na a abandonar tudo e a se refugiar no forte onde permaneceu bloqueada. O descuido soldado holandês que era pilhado fora do recinto fortificado, de onde saía para caçar ou pescar, era invariàvelmente massacrado. O próprio chefe holandês conta na sua carta que os índios "*mantinham-nos de tal modo bloqueados em nossa fortaleza que teríamos caído inevitàvelmente em suas mãos assassinas, por causa da fome, se não aprouvesse ao senhor Deus salvar-nos misericordiosamente, porque eu fizera conduzir uma boa parte dos meus cavalos, vacas, porcos e outro gado para lugar seguro, bem perto da fortaleza e sob proteção de nossos canhões; e em seguida eu os fiz matar todos para nos servir de alimento o que nos conservou a vida até o momento em que pela providência e a graça de Deus um barco novo da Companhia, que eu mesmo fizera construir no Siara e que anteriormente ao acontecimento supracitado fôra enviado por mim ao Recife com avisos ao alto govêrno dali, retorna para nossa grande alegria carregado de víveres, de sorte que o perigo de que estavamos ameaçados não teve consequências.* (45).

Bloqueados no seu próprio forte permaneceram êles até a chegada do capitão-mór Álvaro de Azevedo Barreto com sua tropa de brancos, índios e negros (46) aos quais a 20 de maio de 1654 fez Mathias Beck a entrega do forte Schoonenborch. Aos olhos da administração lusa, redivíva nas terras da capitania, uma providência imediata que se impunha era a restauração da fé — a componente mística da política colonial portuguêsa. Álvaro Barreto de pronto ergueu no forte uma ermida sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção. Esta denominação

(45) — Idem

(46) — Da Provisão de Álvaro de Azevedo Barreto, lê-se que veio ao Ceará com sua companhia e mais três e que "foram também duas de índios e pretos; porque como teve por informação que os índios que estavão com os olandeses se lançarão por

estender-se-ia sem demora à fortificação ex-holandesa, cujo nome transmudava-se agora em *Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção*. Êste viria a ser tradicionalmente o nome da capital cearense.

Doze dias após a entrega do forte, isto é, a 1º de junho de 1654, numa caravela e dois barcos, Mathias Beck e os seus holandeses deixavam para sempre a terra cearense. Nada levavam do Ceará além da dura experiência e a amarga recordação. "Em lugar de ali ganhar alguma coisa, perdi mais de trinta mil florins", dirá êle de Barbados. Os próprios negros que possuia, cêrca de quarenta, caíram em mãos dos índios que depois os venderiam aos portugueses "por uma bagatela". O major Joris Garstman, cujo navio seguira no rumo da Martinica, morreu antes que Mathias Beck voltasse a vê-lo. E de Barbados continua Beck a dirigir-se aos Altos e Poderosos Senhores, lembrando-lhes as possibilidades do Brasil e incitando-os a novos cometimentos nos trópicos...

E as minas de prata? Não há sôbre elas senão vagas referências na carta de Beck. Jamais se conheceu qualquer notícia acêrca da expedição mineira à Serra da Ibiapaba, que o chefe holandês fizera seguir a 21 de agôsto de 1649. É possível que só a expedição de Itarema apresentasse algum resultado, embora muito aquém do que se esperava.

E com a retirada de Mathias Beck termina melancòlicamente a segunda expedição holandesa ao Ceará, em cujas minas de prata a Companhia arruinada depositiva as suas esperanças quando novamente fizera ocupar a capitania em abril de 1649.

---

aquella parte, e elles terem ainda naquella Praça duzentos homens lhe pareceo mandar este golpe de gente, pelo que se pode offerecer, e sempre será necessária sua assistencia aly, estes primeiros annos em razão de se affirmar que naquelles limites haverá mais de 900 índios em duas aldeas, legoa e meia do forte, gente perversa. Que todos estes soldados levarão suas fardas. E ração para tres meses, a qual se não ha de dar pelo tempo adiante aos Indios e Pretos, por se haverem de sustentar nas lavouras que fizerem"". — Barão de Studart — *Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará* — Fortaleza, 1921 — 4o Vol. pg. 64.

APÊNDICE

CARTA QUE, DE BARBADOS, ESCREVIA MATHIAS BECK EM 8 DE OUTUBRO DE 1654

Senhores!

Não posso privar-me de dirigir algumas linhas a Vossas Altas Potências. Habitei o país do Brasil mais de XIX anos como humilde servidor e vassalo fiel de Vossas Altas Potências e da Outorgada Companhia Geral das Índias Ocidentais. Devido às incessantes perturbações da guerra desde alguns anos, lá perdi grandes bens e capitais, o que é de notoriedade pública; e agora pela perda final e a entrega de todo Estado, acabo de perder tudo o que me restava, e posso fornecer disto as provas de que meu prejuízo, nêle compreendida a parte dos meus amigos que nisso são interessados, se eleva a mais de quatrocentos mil florins de ouro. Faz agora mais de cinco anos, que a pedido do alto govêrno no Brasil... a maneira a mais serviçal e de melhor bôo-vantade, no serviço de Vossas Altas Potências e da Outorgada Companhia Geral das Índias Ocidentais, na expedição e esforços para procurar e encontrar a mina de prata no Siara, tendo sido chefe e dirigente dessa expedição, em virtude da comissão e instrução que me havia sido conferida para êste fim; a diligência, o zêlo e os fatigantes trabalhos pelos quais fui bem sucedido, apesar do pequeno número de homens que estavam à minha disposição, em descobrir a mina, os meus esforços para descobrir outras e meu desejo de obter dela bons resultados, tudo isto pode vêr-se nas petições e cartas sem número que não cessei de enviar em tôdas as ocasiões ao alto govêrno do Recife supracitado, durante o tempo da minha direção ali. Vossas Altas Potências poderão ver isto sucintamente na relação aqui anexada, onde se acha resumido tudo o que expús ao alto govêrno do Recife desde muito tempo, tanto por cartas como pessoalmente; quero portanto, para poder ser mais breve, reportar-me à relação acima referida. Na boa esperança e a boa confiança, que sempre tive, de vêr, cêdo ou tarde, que se tomaria mais a sério a importância dessa mina e as vantagens dessa boa ocasião, e que se obteria dela melhores resultados, bem longe estava eu de poder prever o deplorável fim e a perda de todo o Estado, de sorte que acabo de perder tôda minha prosperidade e tudo o que eu possuia, porque desprezando outras boas ocasiões de fazer boas conquistas e bons proveitos, converti tudo o que restava dos meus bens em Negros e em outras coisas necessárias, que empreguei nessa exploração: e não é senão graças a isso que tôda a guarnição e os homens que

trabalhavam na mina poderam escapar muitas vezes da sorte horrível de morrer de fome, o que aliás é de notoriedade pública. Vivi portanto desde o ano de 1649 até o ano de 1654 no meio de grandes dificuldades e privações, como para minha grande tristeza acabo de descobrir agora, numa vã esperança ter passado meu tempo no Siara, cercado de uma população selvagem, bárbara e perigosa, tanto Brasilianos como Tabouyas (1), e após haver, enfim, conseguido chegar ao ponto de ver a probabilidade de um bom e vantajoso resultado, eis que recebo a mais deplorável das notícias. Os Brasilianos que haviam fugido e se retirado de Pernambuco, mais de quatro mil almas que vinham de Tamarica (2), Parahiba e Rio-Grande, por terra, refugiar-se no Siara, disseram abertamente que todo o Brasil acabava de ser vergonhosamente perdido e entregue por assim dizer sem resistência aos Portugueses; não fizeram senão jurar e trovejar contra os Alemães, que êles tinham tão fielmente servido e ajudado durante um grande número de anos, e que agora sem mirar a face do inimigo vinham de abandonar Tamarica, com tôdas as fortalezas, Parahiba e Rio-Grande, de sorte que no presente êles não podiam esperar senão cair em definitivo nas mãos dos Portugueses para sofrer uma escravidão perpétua. Estavam êles tão exasperados que enviaram mensageiros aos Brasilianos do Siara com ordem de massacrar os Alemães no Siara e em tôda parte onde pudessem encontrá-los, e não poupar a vida a nenhum dêles. Uma vez senhores exclusivos do Siara, não permitiriam nem aos Portugueses nem aos Alemães ali jamais se alojaram, e fariam do Siara seu local de restabelecimento e concentração. Nosso armazém no Siara não estando senão sobriamente provido, e nossos meios de subsistência consistindo principalmente na colheita imediata e nos produtos plantados recentemente, nossos soldados, por causa da miséria do nosso armazem, gozavam de muita liberdade para sair, a caçar e pescar; outros encontravam-se fora para guardar e plantar as roças: um grande número desses infelizes tombou vítima dos Brasilianos que, com o recebimento da ordem supramencionada, massacraram à sangue frio todos os que puderam agarrar fora. Quanto a mim mesmo, encontrando-me fora de vez em quando, assim como o major Garsman, para pormos ordem em nossas lavouras, não escapámos de suas mãos assassinas senão por milagre, tal como outras pessoas livres que moravam fora de nossa fortaleza. Apoderando-se, os Brasilianos, nas várzeas, de tôdas nossas roças, produtos da terra, Negros, e de todos nossos bens imóveis e móveis, mantinham-nos de tal modo bloqueados em nossa

(1) — Refere-se aos Tupís e Tapuias. Os holandeses tratavam genericamente os Tupís por *brasilianos*.

(2) — Ilha de Itamaracá.

fortaleza, que teriamos caído inevitàvelmente em suas mãos assassinas, por causa da fome, se não aprouvesse ao senhor Deus salvar-nos misericordiosamente, porque eu fizera conduzir uma boa parte de meus cavalos, vacas, porcos e outro gado para lugar seguro, bem perto da fortaleza e sob proteção de nossos canhões, e em seguida eu os fiz matar todos para nos servir de alimento, o que nos conservou a vida até o momento em que pela providência e a graça de Deus um barco novo da companhia, que eu mesmo fizera construir no Siara e que anteriormente ao acontecimento supracitado fôra enviado por mim ao Recife com avisos ao alto govêrno dali, retornava para nossa grande alegria, carregada de víveres, de modo que o perigo de que estavamos ameaçados não teve consequências. Com êste barco chegou, também, um português com trezentos e catorze de seus soldados tendo servido de comboio ao dito barco e então recebemos também as cartas do alto govêrno com as capitulações concernentes ao acôrdo e as condições que acabavam de ser concluídas com o mestre de campo geral português, ordenando-nos conformar-nos com isso, como Vossas Altas Potências poderão vêr na cópia aqui anexada da carta do supracitado alto govêrno. Os Brasilianos vendo-se frustrados nos seus projetos contra nós, imaginaram então um outro ardil, a saber: os de Tamarica, Parahiba e Rio-Grande procuraram fazer-se nossos amigos, assumindo ares de inocentes em relação ao que precede, e atribuindo a culpa disto à maldade e à ignorância de alguns Brasilianos indígenas do Siara. Esperavam que nós, dando crença às suas afirmações, deixaríamos aos nossos soldados e a outros a liberdade de outrora para sair da fortaleza, e, dêste modo êles teriam meios para massacrar os nossos, como acabavam de fazer já a um grande número, e para melhor poder em seguida, surpreender-nos na fortaleza, antes que a tropa dos Portugueses ali chegasse. Não acharam entretanto ocasião para realizar êste plano e nêsse intervalo chegou para libertar-nos uma caravela portuguêsa, composta de um Capitão-mor, seis capitães e no máximo uns cento e cinquenta soldados, tanto Brancos e Brasilianos como Mulatos, Mamelucos e Negros (3), aos quais entregamos a fortaleza e tudo mais, em virtude da segunda ordem a êsse respeito do alto governo supracitado, que se acha na carta aqui anexa. Estando dispostos os Brasilianos contra nós, como acabo de dizer, era preciso escolher dos dois males o melhor, e após havermos deixado entrar a guarnição portuguêsa a 20 de maio, embarcámos com todos nossos militares, homens livres e servidores a primeiro do mês de junho em uma caravela e dois barcos, e

(3) — Azevedo Barreto trouxe consigo quatro companhias, das quais duas de índios e pretos, conforme se lê na sua provisão.

assim partimos para as pequenas índias, bem resolvidos a seguirmos reunidos até a ilha da Martinica. O pouco espaço e acomodação dêstes navios tornava impossível salvar outra cousa além de nossas pessoas e um baú com nossas roupas de uso e se bem que houvesse alguma probabilidade, antes de minha partida, de reaver nossos Negros das mãos dos Brasilianos, que só dos meus retinham uma quarentena de homens vigorosos, os Portugueses influenciaram os Brasilianos de sorte que êles não nos restituíram um só; e, após minha partida, os Portugueses compraram êstes Negros pagando uma bagatela, razão porque eu parti de lá por assim dizer despojado de tudo o que eu possuira. Eu gostaria de nesta ocasião poder enviar a Vossas Altas Potências um relato particular de tudo o que se passou, e em que estado ali deixámos tudo no momento de nossa partida, mas visto como minhas anotações, escritos e papéis estão encaixotados e neste momento não me é possível abri-los, desistirei dêste desejo até quando aprover ao Senhor Deus conceder-me a ocasião de ir em pessoa referir a Vossa Altas Potências todos os detalhes: eu bem quereria fazer isto já agora, mas demandaria grande prolixidade expor a Vossas Altas Potências as particularidades da longa viagem, difícil e extremamente penosa, que realizamos desde nossa partida do Siará até Barbados, bem como vários obstáculos a aproximação do inverno, que nos reduziu à necessidade de ficar aqui até a primavera. Não pude deixar, contudo, como disse atrás, de fazer chegarem já estas linhas a Vossas Altas Potências, afim de que Elas possam convencer-se de que não deixamos o Siará sem haver recebido ordem para isso, e de havermos experimentado tôdas as hostilidades supramencionadas da parte dos Brasilianos. E, se os Portugueses, que nos substituíram ali, não receberam depois mais fôrças que as que ali haviam chegado quando da nossa evacuação, espero que os Brasilianos aproveitarão a ocasião para surpreender os Portugueses e matá-los, tal como êles se propunham agir para conosco. O tempo nos dirá o que se terá passado. Em todo caso, creio que os ditos Brasilianos não tardarão muito a formar de novo ao nosso lado, tão logo seja enviada ali alguma fôrça de importância, na qual se possam fiar; e há muitos que não crêem que Vossas Altas Potências deixarão um tão grande e importante país, ou antes um reino como o Brasil, em poder de um grupo de crápulas Portugueses, e se bem que a Companhia não tenha mais as fôrças convenientes, não se duvida que Vossas Altas Potências se decidirão, por várias razões, a retomar a emprêsa com a melhor probabilidade de sucesso, afim de que não sòmente os Portugueses, mas também êstes pobres Brasilianos que estão presentemente em seu poder, possam convencer-se de que as intrigas pérfidas desses Portugueses, que êles crêem coroadas agora do resultado desejado, recaí-

ram como uma punição das mais severas sôbre as suas próprias cabeças. E se aprouver ao Senhor Deus dispôr o coração de Vossas Altas Potências a retomar êste negócio e a reconquistar o país, seria necessário então, em primeiro lugar, ter bem cuidado em povoar o país do Brasil não de Portugueses, mas com nossas próprias nações e nações visinhas e aliadas. Para êsse fim, seria necessário distribuir as terras incultas, e isto sem exigências e para todo o sempre, e com direito hereditário, e além do mais com liberdade de comércio: de resto, Vossas Altas Potências saberão melhor que eu o que conviria nêsse caso, de sorte que me considero muito insignificante para ..... Sòmente desejaria muito, se aprouvesse ao Senhor Deus, que antes de morrer pudesse encontrar ainda ocasião de poder servir Vossas Altas Potências na supracitada recuperação do Brasil; eis porque aproveitei esta ocasião para escrever a meus amigos na Holanda, se vier a ser enviada por Vossas Altas Potências uma fôrça suficiente ao Brasil, de, malgrado minha ausência, não esquecer nem negligenciar de recomendar-me respeitosamente junto a Vossas Altas Potências, e se se apresentar alguma oportunidade em que eu possa ser ali de alguma valia para Vossas Altas Potências, em algum cargo ou circunstância honrosa, qualquer que seja, e para a qual me julgarem capaz, encontrar-me-ão sempre pronto e disposto a nela me engajar. É o melhor país, o mais bem situado, o mais fértil e o mais cômodo para a Holanda que se poderia desejar; cultivado com a liberdade que indiquei acima, poderia fazer prosperar tôda a Holanda e, então, êle será em pouco tempo bastante povoado por habitantes de nossa própria nação e das nações visinhas para tirar, para sempre, aos Portugueses a oportunidade de recomeçar o que êles acabam de fazer agora; também jamais teriam êles podido ser bem sucedidos nas suas maquinações, se o país tivesse sido povoado da maneira que acabo de indicar. Há muita gente mal persuadida que pretende que do Brasil não resultaria nenhuma utilidade para a Companhia, nem para o Estado da Holanda, sem os Portugueses, porque não possuimos, como êsses últimos, a arte e a experiência de cultivar e levar ao estado de perfeição os açúcares. O contrário é provado pelas ilhas, sobretudo Barbados, que ademais não chega a ser uma praça, e ainda menos um país, a ser comparado com o Brasil, e isto não impede entretanto que eu tenha visto açúcar branco tão belo como o Brasil jamais produziu, que havia sido fabricado em Barbados sem que uma mão portuguesa aí tenha tocado. Há nesta ilha mais de cem engenhos muito mais bem construídos e dispostos que os do Brasil, fazem ordinàriamente o açúcar chamado Moscovado, porque isso lhes dá mais lucro que os brancos, e aí se carrega, anualmente, mais de cem grandes náus que exportam êsses açucares. O que

não faria o Brasil se tivesse a mesma liberdade? E os pobres contramestres portugueses de açúcar e os que vivem da fabricação do açúcar no Brasil preferirão viver com os Alemães de preferência aos Portugueses, pois que são mais bem tratados e pagos pelos primeiros que por sua própria nação, e em geral a maior parte dos artífices e outros mais da classe obreira da nação portuguêsa perferirão viver com os Alemães a viver com os Portugueses, se podem ter sua liberdade, pelas razões que acabo de alegar. Esta ilha de Barbados pode sòzinha fornecer pelo menos quarenta mil homens armados, entre os quais mais de dez mil a cavalo, todos habitantes, e esta ilha não tem senão uma extensão de quinze léguas,, o que é de notoriedade pública. O que não poderia fornecer em pouco tempo o Brasil, que tem tantas centenas de léguas de extensão, se se ocupassem sèriamente de povoá-lo? Várias pessoas do Brasil chegaram aqui com a resolução de ..... aqui sua residência porque não sabem o que poderiam começar na Holanda. O príncipe de Courland tomou posse da ilha de Tobago onde tocámos devido à perda de nosso leme, de sorte que ali passámos mais de seis semais antes de encontrar uma ocasião para continuar nosso rota para a ilha de Barbados com um grande náu do príncipe de Courland que ali encontramos. Aproveitei essa ocasião para examinar a dita ilha, que tem aproximadamente a mesma extensão que esta ilha de Barbados, e do administrador ali soube em que condições é êle encarregado pelo príncipe de povoar e cultivar essa ilha, a saber: — a um capitão 300 jeiras de terra, cada jeira com 300 perchas quadradas, e cada percha de 12 pés de Rhinland (4).

a um tenente	240	jeiras	de terra
a um porta-estandarte	210	"	"
a um sargento	180	"	"
a um cabo	150	"	"
a um liberto	120	"	"
a um soldado criado	60	"	"
a um escravo	30	"	"

e assim sucessivamente a cada um, segundo sua capacidade e circunstâncias e para sempre; e com direito hereditário. Nos três primeiros anos não se pagará disso nenhuma contribuição, e ao expirarem êsses três anos pagar-se-á, como nas outras ilhas situadas nessas plagas, o que não é senão pouca cousa. O referido administrador do príncipe de Courland ali ergueu uma fortaleza guarnecida com sete peças de artilharia e uma companhia de soldados, esperando ainda mais fôrças. Esta ilha de Barbados é tão fortemente povoada e cultivada que em

(4) — Antigas medidas agrárias. A jeira alia de 42 a 51 ares, conforme o país.

bem poucos anos as madeiras (florestas) aí faltarão, sobretudo lenha para seus engenhos aperfeiçoarem seus açúcares, sendo que um grande número já lhes experimenta a falta; de modo que tiveram de abandonar a cultura do açúcar e plantar, em lugar disso, outros legumes em suas terras, por exemplo algodão, gengibre, anil e outros artigos semelhantes: várias terras foram também transformadas em prados. Alguns, para não desistirem da produção do açúcar, empregam hulha ou carvão que fazem vir para êsse fim da Inglaterra. Várias pessoas que fazem a navegação para o Brasil partiram daqui e de outros sítios para irem ter à ilha de Tobago, bem como muitos habitantes desta ilha,, pois o mencionado príncipe de Courland concede não sòmente a cada um segundo sua capacidade e circunstância, o número de jeiras das terras supramencionadas, como também lhes fornece escravos que manda buscar para êsse fim, em barcos expressos, da Guiné, e se pode pagar-lhe o preço dêsses escravos, até mesmo com as produções das terras plantadas por êles. Submeto à consideração de Vossas Altas Potências se o Brasil não teria ultrapassado tudo, caso suas terras desabitadas e incultas tivessem sido distribuídas desde o começo na base mencionada e na proporção dos lugares e circunstâncias; e se, segundo tôda probabilidade, não teria sido êle nêsse caso um país de tal modo povoado que, em vez de uma boa centena de grandes barcos que vêm anualmente buscar suas cargas em uma ilha tal como esta, poderia o Brasil fornecer anualmente cargas para mais de um bilhão (sic) de náus. E que lucro a mais se pode desejar de um país cuja prosperidade pública, e segurança e conservação, não sòmente os seus bravos habitantes mas além disso tôda a Holanda dêle aproveitariam e prosperariam. Se se pudesse retomar tudo isso com vigor e colocá-lo no estado que acabo de indicar, isso representaria ali uma obra bem maior e alem do que muitas pessoas poderiam crer. Se bem que eu pudesse explicar-me mais larga e amplamente a êsse respeito, para verificar tudo o que acabo de alegar, limitar-me-ei no momento ao que precede afim de evitar uma grande prolixidade, o que não impede que me ache sempre pronto e disposto a dar explicações amplas e detalhadas acêrca dessa matéria. Como conclusão quero renovar e expôr ainda uma vez a Vossas Altas Potências o começo de minha presente carta, concernente aos grandes prejuizos que acabo de experimentar pela perda dêsse Estado inteiro, das conquistas do Brasil, e à grande dor e tristeza de mim mesmo e de meus interêsses. Juntai a isso que durante mais de cinco anos prestei serviço no Siara, e em lugar de ali ganhar alguma cousa, perdi mais de trinta mil florins e disso não pude reter comigo senão os documentos que comprovam o que ali forneci para a conservação da guarnição; êsses documentos eu os envio ao mesmo tempo que esta

carta aos amigos na Holanda, com minhas vivas instâncias de levá-los ao conhecimento de Vossas Altas Potências, e de súplicar humildemen- por mim para que me seja feita restituição e pagamento por êsse motivo, como Vossas Altas Potências julgarem justo e equitativo; porque tendo feito grandes despesas com minha família na viagem até aqui, nada no momento me é mais indispensável que os meios necessários para poder pagar aqui as mencionadas despesas. Tenho a esperança e a confiança que pelas razões e considerações que precedem, aprouverá a Vossas Altas Potências ouvir a petição equitativa e justa de meus amigos, de modo a chegar com brevidade o desafogo necessário, a fim de que não me veja retido aqui contra a vontade por causa das despesas em apreço. E, visto como pedi ademais a meus amigos de fazer em meu favor as súplicas necessárias junto a Vossas Altas Potências, a isso me reportarei para ser mais curto, e rogarei ao Senhor Deus de conservar Vossas Altas Potências longo tempo com saúde e prosperidade, de tornar feliz e propício Vosso reino para o bem estar e conservação de nossa cara pátria sob a proteção misericordiosa. Após ter apresentado a Vossas Altas Potências minhas humildes e respeitosas homenagens serei enquanto viver

Altos e Poderosos Amos! Senhores!

De Vossas Altas Potências

O humilde Vassalo e Servidor

(a) *M. Beck.*

Da ilha de Barbados

8 de outubro de 1654.

Senhor: o major Garsman, outrora comandante da milícia no Siara, que de lá partiu em minha companhia num dos referidos barcos, e, após duas vezes vinte e quatro horas de viagem, nos antecedeu na direção da ilha de Martinica, foi arrebatado dêste mundo por uma moléstia antes de minha chegada aqui à ilha de Barbados, daí porque não o revi mais. E como êle deixou a seu *enseigne* Robert Bruyn ordens a respeito da sua sucessão com as quais êste partiu para a pátria, não saberia a respeito disso dizer outra coisa, de modo que me refiro aqui, orando a

Deus conceder-lhe e a todos nós que o seguiremos um dia, uma feliz ressurreição no dia do Juizo Final.

Incluso envio a Vossas Altas Potências uma cópia do administrador ou governador da ilha de Tobago, enviada a esta ilha e concernente à condição sob a qual serão distribuídas as terras na dita ilha a tôdos os que tiverem desejo e inclinação para estabelecer-se ali sob a protcção de Sua Alteza principesca de Courland.